

Ausência de Flávio e Lula do debate presidencial empobrece democracia

Avaliação é de especialistas ouvidos pelo Correio da Manhã, que criticam possibilidade

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL E LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

Por **Gabriela Gallo**

O primeiro debate entre os candidatos para a Presidência da República, realizado pela Band, está agendado para o dia 23 de agosto (domingo) às 20h. Contudo, como fora adiantado pela coluna Tales Faria do Correio da Manhã, até o momento a previsão é que os dois principais candidatos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) não compareçam.

Em entrevista ao UOL nesta segunda-feira (10), o diretor de jornalismo da emissora, Rodolfo Schneider, informou que a equipe de ambos os candidatos não confirmaram presença e que, por parte de Flávio, o senador está aguardando um posicionamento de Lula para decidir se vai ou não. Schneider reforçou que, mesmo sem os candidatos, o debate acontecerá.

Ao Correio da Manhã, o professor de direito eleitoral Alberto Rollo destacou que uma eventual ausência dos principais candidatos à Presidência empobrece o debate político. “A ida de todos os candidatos fortalece a informação e fortalece as opções para os eleitores. Ao contrário, se os dois principais candidatos de alguma maneira



Chance de um debate sem os personagens principais da disputa é grande

fogem do debate, ele fica empobrecido de informações, de opções para os eleitores”, avaliou Rollo.

“COVARDIA MORAL”

Em conversa com a imprensa durante um almoço com empresários em São Paulo nesta segunda-feira, o candidato à presidência e ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), classificou a possível ausência dos candidatos como “covardia moral”. “Ao não ter como explicar as denúncias que recaem sobre

os dois, só resta a eles bater retirada de uma forma deprimente, uma forma covarde, onde deixa todos os seus apoiadores”, disse Caiado.

A reportagem também conversou com o professor de políticas públicas do Ibmecc Brasília. Jackson De Toni avalia que a provável ausência dos candidatos vem de uma “lógica de minimização de danos e assimetria de riscos”, na intenção de “preservar o capital político para o confronto direto no segundo turno”, em que a tendência é de um ce-

nário polarizado.

“Para candidatos consolidados na liderança (front-runners), o ganho marginal de votos nesses eventos é reduzido, enquanto a exposição a erros, gafes e ataques coordenados por parte de adversários com menor densidade eleitoral é desproporcionalmente alta. Além disso, o ambiente de múltiplos concorrentes tende a igualar simbolicamente os desafiantes ao nível dos favoritos e a fornecer farto material audiovisual para ser fatiado em micro-

cortes agressivos nas redes sociais”, detalhou De Toni em conversa ao Correio.

Na mesma linha de raciocínio, a professora e cientista política do Ibmecc-SP Deisy Cioccarri reiterou que os debates são “um dos poucos momentos da campanha em que o candidato perde parte do controle sobre a própria narrativa”.

“Na propaganda eleitoral, nas redes sociais e nos vídeos produzidos pelas campanhas, quase tudo pode ser planejado. Já no debate, existe o contraditório. O candidato é confrontado, precisa reagir, responder ao adversário, lidar com perguntas incômodas e demonstrar, em tempo real, a tal da capacidade de argumentação”, detalhou.

“A democracia pressupõe uma disputa pública de argumentos, e não apenas uma disputa de imagens cuidadosamente construídas pelo marketing político. O debate rompe, ainda que parcialmente, essa mediação. É um dos momentos em que o eleitor pode observar o candidato para além da peça publicitária: como reage sob pressão, como sustenta suas propostas, como responde a críticas e como se comporta diante de quem pensa diferente”, completou Cioccarri.

EUA aceitam pedido da OMC para negociar tarifaço

EMILY J. HIGGINS/THE WHITE HOUSE

Por **Gabriela Gallo**

O governo dos Estados Unidos (EUA) aceitou, nesta segunda-feira (10), realizar as consultas formais solicitadas pela Organização Mundial de Comércio (OMC), a pedido do Brasil, contra as sobretaxas americanas de até 37,5% sobre produtos brasileiros (dos quais 25% são por supostas práticas comerciais injustas e 12,5% estão relacionadas a produtos supostamente fabricados por meio de trabalho escravo).

“Os Estados Unidos aceitaram o pedido do Brasil para participar das consultas. Estamos prontos para dialogar com as autoridades da sua missão em uma data mutuamente conveniente para consulta”, respondeu o governo

americano.

Em 27 de julho, o Brasil entrou com uma ação na OMC contestando as sobretaxas impostas pelos Estados Unidos ao Brasil, alegando que as tarifas são “inconsistentes com as obrigações dos EUA sob o Acordo Geral de Tarifas e Comércio 1994”, que é o acordo responsável por estabelecer regras na aplicação de tarifas para países que integram a OMC.

“Ao impor tarifas a produtos originados no Brasil com base na Seção 301, enquanto não impôs tais tarifas a outros membros da OMC, os EUA falharam em conceder aos produtos originados no Brasil vantagens, favores, privilégios ou imunidades concedidos a outros países da OMC”, completou o governo



Lula quer conversar com Trump para diminuir tensão

brasileiro.

Com o aceno positivo do governo dos Estados Unidos em discutir sobre as tarifas, começa o processo de consultas na Organização Mundial do Comércio. Nessa etapa, o país que reclama (no caso, o Brasil) solicita ao outro país informações acerca das práticas alegadamente irregulares e requer modificações nas medidas. Os países têm 60 dias para chegarem a um acordo. Se isso não ocorrer, é aberto um painel para dar prosseguimento à discussão.

No mesmo dia, a China se manifestou contra o tarifaço norte americano em produtos brasileiros e solicitou formalmente para também participar das consultas na OMC sobre o tarifaço, alegando que ele também prejudica o país.